

A. I. N° - 100303.0019/05-2
AUTUADO - CRISTAIS LOGOS INDÚSTRIA LTDA
AUTUANTE - MARGARET SAMPAIO BARBOSA LUCAS
ORIGEM - INFAZ FEIRA DE SANTANA
INTERNET - 20/02/06

3ª JUNTA DE JULGAMENTO FISCAL

ACORDÃO JJF N° 0047-03/06

EMENTA: ICMS. 1. SIMBAHIA. **a)** MICROEMPRESA. RECOLHIMENTO A MENOS DO ICMS. Infração caracterizada. **b)** EMPRESA DE PEQUENO PORTE. RECOLHIMENTO A MENOS DO ICMS. **c)** FALTA DE RECOLHIMENTO DO ICMS. 2. DME. FALTA DE APRESENTAÇÃO. MULTA. Infrações não impugnadas. Rejeitado o pedido de nulidade. Auto de Infração **PROCEDENTE**. Decisão unânime.

RELATÓRIO

O Auto de Infração em lide, foi lavrado em 13/12/05 e exige ICMS no valor de R\$7.307,43 acrescido da multa de 50%, além de multa de caráter acessório no valor de R\$230,00, em razão das seguintes irregularidades:

01. Recolheu a menor o ICMS na condição de Microempresa enquadrada no Regime Simplificado de Apuração do ICMS (SIMBAHIA) relativo aos meses de maio a novembro de 2000 - R\$1.665,00.
02. Recolheu a menor o ICMS na condição de Empresa de Pequeno Porte enquadrada no Regime Simplificado de Apuração do ICMS (SIMBAHIA), relativo aos meses de junho, outubro e novembro de 2001 e janeiro e abril de 2002 - R\$318,72.
03. Deixou de recolher o ICMS no prazo regulamentar, na condição de Empresa de Pequeno Porte, enquadrada no Regime Simplificado de Apuração do ICMS (SIMBAHIA), relativo a diversos meses no período de abril/01 a dezembro/03 - R\$5.323,71.
04. Deixou de apresentar informações econômico-fiscais exigidas através de DME (Declaração de Movimento Econômico de Microempresa), relativa ao exercício de 2004, sendo aplicada multa de R\$230,00.

O autuado, em impugnação apresentada pelo sócio João Jackson de Oliveira às fls. 916 e 917 dos autos, inicialmente discorre sobre a autuação e pede a sua nulidade, por falta da lavratura do Termo de Início de Fiscalização nos termos do art. 28 do RPAF/BA. Diz que a autuante destacou no mencionado Termo, que não tendo encontrado a empresa, fez a intimação por AR em 09/08 e 24/08/05, no entanto afirma que não recebeu os citados ARs.

Afirma que encerrou suas atividades em outubro/03 e não procedeu à baixa da empresa em função do processo de falência da mesma. Diz que tinha naquele momento, um débito de R\$1.380,00 junto à SEFAZ.

Alega que foi obrigado a fechar as portas, mas que não “nos desobrigamos do cumprimento das Leis e normas”, ficando aguardando um momento propício para pagar os débitos junto ao Fisco e Fornecedores e que diante do “arbitramento” que foi aplicado pela autuante, não teve a oportunidade de apresentar os documentos fiscais/contábeis para que fosse procedida a fiscalização da empresa, tendo em vista que “os valores constantes no auto em epigrafe foram devidamente recolhidos à Fazenda Pública”.

Finaliza requerendo que o Auto de Infração seja julgado improcedente, tendo em vista que não obedeceu os critérios previstos no art. 28, I do RPAF/BA.

A autuante, em sua informação fiscal, às fls. 928 e 929, preliminarmente discorre sobre as alegações defensivas e disse que a empresa sendo inscrita no cadastro de contribuintes do ICMS fica sujeita à verificação, acompanhamento, orientação das normas comerciais e civis, não tendo porque ficar surpreendida com a lavratura do Auto de Infração.

Quanto ao argumento de nulidade pretendida, destaca que conforme documentos acostados às fls. 8 a 18, não tendo encontrado a empresa no local cadastrado, foi publicado o Edital de Intimação nº 25/05 (fl. 19 e 20) e não tendo sido atendida a convocação, deu início aos trabalhos de fiscalização. Discorda do pedido de nulidade formulado pelo defendente, “uma vez que o mencionado artigo aplica-se na condição normal, para contribuintes devidamente regular junto aos registros cadastrais da Sefaz-Ba” e que na situação presente, o próprio autuado declarou que não funcionava no local desde outubro/03.

Quanto aos valores e procedimentos adotados, diz que o autuado não apresentou qualquer argumento ou documento que divergisse do lançamento.

Finaliza pedindo que o Auto de Infração seja julgado procedente.

VOTO

Inicialmente rejeito a preliminar de nulidade suscitada pelo autuado sob a alegação de que ocorreu irregularidade na lavratura do Termo de Início de Fiscalização, haja vista que a intimação, para apresentação de livros e documentos fiscais, foi feita, por meio de publicação de edital no Diário Oficial, conforme documento juntado à fl. 26, tendo sido precedida de três intimações por via de Aviso de Recebimentos (ARs), juntados às fls. 08 a 14, que foram endereçadas aos sócios da empresa. O edital publicado refere-se ao contribuinte, conforme documento acostado à fl. 20, tem o mesmo efeito do citado Termo, de acordo com o disposto no art. 26, III, do RPAF/BA. Ademais, o autuado foi cientificado da autuação, conforme documentos juntados às fls. 912 a 914 e apresentou defesa tempestiva, portanto, exerceu o seu direito de defesa. E ainda que, tendo encerrado suas atividades comerciais, tinha a obrigação de solicitar baixa do cadastro de contribuintes do ICMS, o que não foi feito.

No mérito, o Auto de Infração trata de quatro infrações, relativas a falta de recolhimento e de recolhimento a menos do ICMS na condição de Microempresa e Empresa de Pequeno Porte, enquadrada SIMBAHIA, além da multa de caráter acessório pela falta de apresentação de informações econômico-fiscais exigidas através de DME.

Na defesa apresentada, o autuado, reconheceu que ao encerrar suas atividades tinha um débito de R\$1.380,00 junto a SEFAZ. Verifico que a autuante juntou às fls. 27 a 29, demonstrativos no qual apurou o imposto devido na autuação. Como na defesa apresentada o autuado contestou apenas que devia uma parte do ICMS exigido, mas não indicou a que fato gerador e a que período se referia o valor reconhecido, constitui mera negativa de cometimento da infração, o que a luz do art. 143 do RPAF/99, não desonera o autuado da responsabilidade pelo pagamento do imposto.

Em relação à infração 4, tendo sido aplicada multa pela falta de entrega de DME, o autuado não comprovou a sua entrega no prazo previsto na legislação, devendo ser mantida.

Diante do exposto, voto pela PROCEDÊNCIA do Auto de Infração.

RESOLUÇÃO

ACORDAM os membros da 3ª Junta de Julgamento Fiscal do Conselho de Fazenda Estadual, por unanimidade, julgar **PROCEDENTE**, o Auto de Infração n.º **100303.0019/05-2**, lavrado contra **CRISTAIS LOGOS INDÚSTRIA LTDA**, devendo o autuado ser intimado a efetuar o pagamento do imposto no valor de **R\$7.307,43** acrescido da multa de 50% prevista no art. 42, I, “b” item 3, da Lei n.º 7.014/96, e dos acréscimos legais, além da multa de **R\$230,00** prevista no art. 42, XVII, da citada Lei, e dos acréscimos moratórios.

Sala das Sessões do CONSEF, 15 de fevereiro de 2006.

ARIVALDO DE SOUSA PEREIRA - PRESIDENTE

EDUARDO RAMOS DE SANTANA - RELATOR

MARIA DO SOCORRO FONSECA DE AGUIAR - JULGADORA